

PROCESSO - A. I. Nº 203459.0018/13-8
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - CASA DO CARTUCHO LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4 JJF nº 0301-04/13
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 16/04/2014

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.JF Nº 0066-12/14

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. CUPONS FISCAIS. DIFERENÇA NO CONFRONTO ENTRE OS VALORES INFORMADOS PELAS OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO/DÉBITO E OS VALORES LANÇADOS NAS LEITURAS REDUÇÕES "Z" DO EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL-ECF DO CONTRIBUINTE. Comprovado pelo autuante equívocos na apuração das saídas informadas nas reduções "Z". Presunção elidida. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal - 4ª JJF, tendo em vista a Decisão proferida por intermédio do Acórdão nº 0301-04/13 julgando Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado para exigir ICMS no valor de R\$64.159,54, acrescido de multa de 70%, em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apuradas por meio de levantamento de vendas ocorridas com pagamento em cartão de crédito e/ou de débito, em montante inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, no período de janeiro a dezembro de 2008.

A 4ª JJF, decidiu a lide com fundamento no Voto abaixo reproduzido:

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada pela diferença entre os somatórios das vendas realizadas por meio de cartão de débito e de crédito informadas pelo contribuinte (leituras Reduções Z das máquinas emissoras de cupom fiscal), e os valores informados pelas operadoras de cartão de crédito/débito.

Verifico que, de acordo com os papéis de trabalho, fl. 05, a fiscalização comparou os valores fornecidos pela instituição financeira e/ou administradora de cartão de crédito e de débito, com as saídas declaradas pelo contribuinte como sendo vendas realizadas através de cartões de crédito e de débito através da "Redução Z", presumindo a omissão de saída de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto devido, em função de ter registrado vendas em valor inferior ao informado por instituição financeira e/ou administradora de cartão de crédito e de débito, conforme previsão contida no § 4º do artigo 4º, da Lei nº 7.014/96.

O autuado ao se defender observou que o levantamento fiscal estava totalmente equivocado, no que diz respeito às vendas informadas nas reduções "Z" e apresentou um novo demonstrativo de vendas através de cartão, fls. 20 a 31.

O autuante ao proceder a informação fiscal reconheceu ter havido equívoco no levantamento das vendas com cartão, inserida na Redução "Z", pois o contribuinte opera com quatro modalidades de vendas através de cartão de débito/crédito, assim denominadas: Cartão Cred; Cartão Deb; TEF-Cred e TEF- Deb, porém, no momento da fiscalização somente foram computados os valores informados a título de Cartão Cred e Cartão Deb. Confirmou os valores apresentados pelo sujeito passivo, na planilha à fl. 18, que considerou as quatro modalidades e neste caso não se apura imposto a pagar.

Acato as informações prestadas pelo autuante pois de acordo com os documentos anexados ao PAF, especialmente as cópias das Reduções "Z" verifica-se que a empresa operava com quatro modalidades de pagamento através de cartão de débito/crédito, enquanto que a fiscalização somente considerou duas delas.

Assim, concluo pela Improcedência do Auto de Infração, por inexistir diferença entre as informações prestadas pelas Administradoras de Cartão de Crédito/débito e as vendas através de cartão de débito/crédito registradas nas reduções "Z".

Em decorrência da Decisão acima, a 4ª JJF recorreu de ofício para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

VOTO

Da análise das peças que integram os autos do presente processo, vejo que a Decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal não carece de qualquer reparo.

Verificando a farta documentação trazida aos autos pelo recorrido, em especial os Anexos 1 a 12 das Razões de Defesa, fls. 20 a 31, observa-se que o faturamento através de cartões de crédito e/ou débito apurado através dos ECF 01 e 02, em todo o exercício de 2008, objeto da autuação, se apresenta em valor superior aos informados pelas administradoras/instituições financeiras. E, para confirmar esta assertiva, o recorrido apresentou cópia das Reduções “Z” de todo o exercício.

Estes dados foram cotejados pelo autuante que reconheceu a procedência dos argumentos do recorrido, fl.1.224, esclarecendo que nas reduções “Z” as vendas com cartão estão consignadas em quatro diferentes itens: cartão Cred; Cartão Deb; TEF-Cred e TEF-Deb, porém, no momento da fiscalização somente foram considerados os valores relativos às designações cartão Cred e cartão Deb. Diante disto, pugnou pela improcedência do Auto de Infração.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **203459.0018/13-8**, lavrado contra **CASA DO CARTUCHO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de março de 2014.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE/RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA - REPR. DA PGE/PROFIS